

## **A CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC: SUA TRAJETÓRIA E ALINHAMENTO COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS MILITARES**

Silvia Tavares da Silva

*Instituto Federal da Paraíba – Campus Picuí*

**RESUMO:** A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) é uma instituição que teve sua origem em 1943. A sua criação acontece num momento de muitas divergências e discursão em torno da questão da educação. Muitos projetos estavam sendo pensados no intuito de propiciar uma transformação profunda no sistema educacional brasileiro. Dentre algumas iniciativas que visavam atender essa prerrogativa, havia os que defendiam a educação pública e sua universalização. Mas o Estado não se comprometeu de imediato com essa proposta, deixando em aberto, por muitas décadas, a questão da educação pública e universal. A Campanha foi gestada justamente como uma alternativa de suprir a carência de oferta para o ensino secundário que, naquele contexto, era o grau de ensino mais deficitário e justificava-se como instituição que atenderia primordialmente às demandas dos grupos economicamente menos favorecidos: jovens de famílias pobres que não tinham condições de pagar pela continuação dos estudos dos seus filhos. Ao observar a trajetória da Campanha, percebemos que essa esteve, em todas as suas fases, estrategicamente alinhada com o Estado, seja recebendo subvenções e/ou se moldando as propostas político-pedagógicas elaboradas pelos diferentes governos, o que garantiu a sua sobrevivência, bem como a sua expansão. Nossa intenção, neste artigo, é discutir, dentre as muitas relações estratégicas estabelecidas pela Campanha, aquela firmada entre a CNEC e a Usaid (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) que estabeleceu um convênio com o MEC no intuito de traçar metas para a educação brasileira que, no período da Ditadura Militar, se intensificou.

**Palavras-chave:** Educação. Ditadura Militar. Acordo MEC-Usaid-CNEC.

### **Introdução**

A Campanha Nacional da Comunidade (CNEC) se originou ainda na década de 1940, momento em que o país vivenciava a experiência ditatorial do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas, a partir de um golpe de Estado, em 1937. O projeto de criar um espaço onde filhos de homens e mulheres pobres pudessem seguir os estudos adentrando o ensino ginasial foi idealizado por Felipe Tiago Gomes mas contou com a participação de Everaldo Luna, José de Menezes, Florisval Silvestre Neto e Joel Pontes. Esses rapazes, estudantes universitários, na época, tiveram uma trajetória de dificuldades para continuar os estudos, visto que educação

pública em todos os níveis ainda não era uma garantia do Estado e, assim, os jovens que integravam as camadas menos favorecidas da sociedade ficavam à mercê da sorte para seguirem na vida acadêmica, como foi o caso do próprio Felipe Tiago Gomes como relata em suas memórias:

Ao término do ginásio, fui abalado com a morte da minha mãe. Para a colação de grau, festa importante, não tive gosto nem roupa. Triste, voltei a Picuí, certo de que não teria condições de continuar os estudos por falta de recursos. Minha vontade era fazer Direito, que só existia em Recife...O que existia como possibilidade era a volta à lavoura, viver no tormento, da vida do agricultor, seguir os meus antepassados, agora mais pobres ainda, pela perda da minha mãe, grande lutadora. Deus, porém, ouviu-me as súplicas e tocou o coração do Juiz de Direito, Doutor José Saldanha que, sentindo minha aflição, falou com o Doutor Moraes, dentista com parentes em Recife. E lá fui eu, depois da coleta de algum dinheiro com parentes. (GOMES, 1989, p.13)

O idealismo cenecista fundamentou-se na expectativa de propiciar aos menos favorecidos da sociedade a continuação dos seus estudos, já que a educação ginásial era bastante restrita aos jovens sem recursos financeiros. As poucas escolas públicas existentes no período encontravam-se nos centros urbanos impossibilitando o acesso, principalmente dos jovens do interior. Dessa forma, esses jovens organizaram, em 1943, na cidade do Recife, o que, três anos depois passaria a ser reconhecido como Ginásio Castro Alves. Estava oficialmente montada a Campanha do Ginásio Pobre (CGP).

É importante entender o contexto da elaboração dessa proposta, pois ela está diretamente ligada às concepções de educação que estavam se estruturando naquele momento através de um movimento denominado “entusiasmo da educação” embasado na ideia de que a educação do povo seria o lugar de ruptura com aquela estrutura de educação segmentada e excludente que vinha se praticando e que apenas através da educação universalizante teríamos o poder de uma transformação social radical, assim pensavam todos aqueles que se dedicavam a discutir e defender uma nova política educacional para o país.

A reforma Capanema, primeira reforma na educação pensada para atender uma sociedade que se integrava cada vez mais na perspectiva industrial, voltada assim para uma política nacional-desenvolvimentista; mas que seria responsável por montar um sistema educacional responsável por segregar o ensino primário do ensino secundário no momento em que separou tais níveis escolares atribuindo-lhes funções culturais e sociais diferenciadas. Da forma que foram estabelecidos, criou-se um abismo entre os diferentes grupos sociais no que

diz respeito ao processo instrucional direcionado para cada um desses grupos, a saber: o ensino secundário ficaria restrito a elite, com a função de formar “personalidades condutoras”; enquanto o ensino técnico industrial seria direcionado a formação de operários.

Esse modelo era responsável por fazer a manutenção de um sistema de poder favorável as elites. Ao analisar o sistema educacional da época, um dos entusiastas pela transformação da educação brasileira, Anísio Teixeira, faz a sua crítica

Em todos os países democráticos, os sistemas escolares tendem a constituir um único sistema de educação para todas as classes, ou melhor para uma sociedade verdadeira democrática, isto é sem classes, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais para se educarem e se redistribuírem, depois, pela ocupações e profissões, de acordo com a sua capacidade e as aptidões, demonstradas e confirmadas. (TEIXEIRA, 1953, p. 35-36)

A educação passava a ser entendida como o caminho possível para a modernização do país, mas uma educação pautada na universalidade, na igualdade de oportunidade para todos. Assim, o Brasil, recém-saído da ditadura varguista, para seguir um caminho de uma verdadeira democracia deveria fincar suas bases na estruturação da escola pública e gratuita, quebrando a lógica de que o ensino secundário fosse prioritariamente entregue a iniciativa privada. Mas a concretização desse projeto ainda estava distante da sua realização.

Diante desse contexto, a Campanha do Ginasiano Pobre é idealizada no sentido de criar uma oportunidade para os jovens desejosos de seguir seus estudos secundários e que não tinham condição de pagar. O Estado apenas garantia o ensino primário, as poucas escolas de ensino secundário estavam longe de atender as demandas para o referido grau e também não era uma preocupação do governo tomar para sua responsabilidade a garantia desse nível escolar de ensino gratuito para todos. Nesse aspecto, muitos projetos iam surgindo como forma de atender essa demanda, como foi o caso da Campanha do Ginasiano Pobre.

Inspirada numa experiência de educação popular realizada no México por Haya de La Torre, que criou, no Peru, na década de 1920, as Universidades populares que funcionavam à noite, a CGP começou seus trabalhos de forma improvisada e contava com o voluntariado dos seus fundadores, que seriam responsáveis, dentre outras coisas, por ministrar aulas gratuitas; convencer outros a colaborarem e levantar fundos para custear as possíveis despesas. Acreditavam que “a Campanha do Ginasiano Pobre estaria pondo em prática um ideal, tão profundamente humano e social (...)” (SENA, 1944, p.1-2)

A Campanha do Ginasiano Pobre, nos seus primeiros dois anos, contava com a improvisação tanto no que diz respeito à formação de turmas quanto no processo de

divulgação e arrecadação de fundos feitos através do teatro popular e da disseminação de boletins produzidos pelos integrantes fundadores, responsáveis por conquistar mais adeptos e colaboradores. Mas, ainda nesta fase, há a aproximação da Campanha com o governo como afirma Joel Pontes (1978), motivo que o levou a abandonar a Campanha:

[...] é justo que se diga de minha discordância quanto a aproximação pouco antes iniciada com o governo, e cada vez mais estreita, contrariando um dos princípios dos nossos heroicos, precisamente o de não permitir a interferência de políticos. Parecia-me que se não existiam as escolas gratuitas como o nosso Ginásio era por culpa daquele mesmo Governo do qual estávamos procurando depender e parecia-me também que muita gente começava a imitar a gralha da fábula a se enfeitar com as penas de pavão. (PONTES, 1978, p. 14)

Desde a criação, na década de 1940, a Campanha foi se redefinindo de acordo com as perspectivas das transformações políticas, econômicas o que foi alterando as novas formas de se pensar e estruturar a educação no país. Com o fim do Estado Novo, passamos pelo processo da redemocratização. O Brasil, que já vinha num processo acelerado de industrialização e conseqüentemente de urbanização, viu-se num momento de tensão e de crescente demanda em relação ao sistema educacional do país. Assim, a Campanha, ainda em 1946, se reorganiza diante daquele novo cenário como justifica Gomes (1989) “novos valores foram descobertos com o ressurgimento de ideias novas, bem consoante com a nova filosofia da vida surgida das cinzas da Segunda Guerra Mundial”. (GOMES, 1989, p.49-50)

Há, nessa fase, uma aproximação maior com o poder público, governos Federal e Estadual, e sua expansão para outros estados da Federação. A partir daqui a Campanha passou a ser orientada pelas forças externas que prescindiam sua organização interna e seus objetivos originários. Nesse sentido, passou a ser submetida à vigência das Leis Orgânicas do Ensino Secundário; Industrial, Agrícola, Comercial, Normal e do Primário, Leis que precedem a Lei de nº 4.024/61 que por sua vez seria a preparação para a Lei 5.692/71 que oficializou, em definitivo, a regulamentação do Ensino de 1º e 2º graus e que vinham sendo discutidas desde a década de 1950. Segundo Holanda (1978), o período que vai de 1953 a 1971, que abarca todas essas mudanças nas diretrizes da educação brasileira, é entendido também como a segunda fase da Campanha em que se tem o aumento do número de seus estabelecimentos por todo o território nacional.

Diante dessa visibilidade e alinhamento às diretrizes estatais para a educação, a Campanha do Ginásio Pobre passaria por uma reavaliação do seu próprio nome. Num primeiro momento troca-se a palavra “pobre” por “populares”, visto que o termo em questão

associava-se a ideia de paternalismo e passou a ser denominada de Campanha de Ginásios Populares. Essa última denominação também seria reformulada, pois como ressalta Felipe Tiago Gomes, o termo “popular” estava associado às concepções do partido comunista que, naquele momento, ganhava projeção no Congresso Nacional, motivo pelo qual os diretores da Campanha resolveram mudar o seu nome. Portanto, ficou acordado que a organização passaria a se chamar Campanha Nacional de Educandário Gratuito, nome que vai perdurar até a década de 1970 quando passaria para sua denominação definitiva: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Segundo Pontes (1978), a mudança do nome de Ginasiano Pobre para Educandários Gratuitos correspondeu também a uma mudança de orientação.

Na década de 1960, a CNEG já tinha se expandido para todo o território brasileiro. Essa expansão teve seu auge no governo de Juscelino Kubitschek, visto que a sua esposa, Sara Kubitschek, integrou a presidência da Campanha do período de 1956 a 1957 e foi responsável por canalizar recursos para a Campanha. Com a sua política desenvolvimentista, o governo de JK disponibilizou grande incentivo financeiro para a iniciativa privada e a CNEG foi bastante beneficiada com essa política.

A Campanha também já tinha estabelecido, através de convênios com os poderes públicos, mais especificamente com o Ministério da Educação e o Ministério de Trabalho, incentivos para a difusão do ensino gratuito no país, incentivos esses capitaneados através do Fundo Nacional do Ensino Médio e do Fundo do Imposto Sindical ligados, respectivamente, aos referidos Ministérios.

Pela proporção e importância que a Campanha foi assumindo e já era reconhecida como de utilidade pública, pelo Decreto 36.505 de 1954, o jogo do equilíbrio foi sendo firmado por Felipe Tiago Gomes, e, segundo Joel Pontes, foram as estratégias do idealizador da Campanha as responsáveis pela sobrevivência e expansão da CNEC em meio às adversidades que as políticas educacionais dos diferentes governos iam sendo colocadas em prática. Segundo Joel Pontes

[...] uma obra do porte da imaginada por Felipe Tiago Gomes tinha que se desenvolver perigosamente, driblando os interesses escusos, e não podia desprezar adjutórios capazes de se transformar em obstáculos caso não fossem aceitos [...] o mestre consumado que sabe levar a Campanha de conquista em conquista, através de governos tão antagônicos como o foram estes últimos no Brasil, do Estado Novo até 31 de março de 64. (PONTES, 1978, p. 14)

Na década de 1960, o Brasil ia sentir mais uma vez o impacto de uma mudança abrupta de governo. Em 1964, João Goulart, então presidente democrático, foi deposto por um

golpe que contou com a participação dos militares e de muitos setores da sociedade civil. Ao assumir o poder os militares fizeram manobras que resultariam em 21 anos de Governos Militares que impactariam em todas as dimensões políticas, sociais, econômicas do país. Não seria diferente no setor educacional.

### **As metas para a educação: acordos MEC-Usaid**

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, o Estado agora passa a ser dimensionado dentro de uma perspectiva de zelar pela segurança do país. Baseados na Lei da Segurança Nacional, o governo traça o perfil do inimigo a ser perseguido: todos aqueles identificados com os setores progressistas que haviam se mobilizado para realizar as reformas de base propostas pelo governo anterior. Assim, segundo Cunha (2002), “os intelectuais comprometidos com a revolução, com o reformismo, ou mesmo como liberalismo já não serviam, não eram confiáveis”. A repressão, a censura, a violência marcariam esses amargos anos dos governos de exceção.

Nesta fase, de maneira a atender as novas perspectivas políticas e econômicas do país, o governo militar se voltou para o sistema educacional com a intenção de elaborar um lugar de disseminação estratégica da sua nova ideologia de Estado. Para tal empreitada, destruíram-se as perspectivas educacionais pensadas a partir de uma base de educação popular dos governos anteriores, através da perseguição e repressão de todos os seus representantes. Como forma de organizar um sistema educacional mais propício aos ditames do novo governo, o Estado buscou alinhar-se com a proposta de investimento no setor do capital Estadunidense, aqui representada pela United States Agency for International Development (Usaid).

Esse alinhamento já vinha sendo experimentado dentro de uma política internacional desde o início da Guerra Fria, em que os Estados Unidos criaram uma política de “ajuda” econômica aos países considerados subdesenvolvidos e que vinham passando por crises econômicas, como era o caso do Brasil, que atravessava situações desfavoráveis desde a década de 1950. No intuito de afastar a ameaça comunista do continente americano e evitar uma nova e desagradável perda de alinhamento aos ditames capitalistas, como aconteceu em Cuba, os Estados Unidos estrategicamente injetaram dinheiro no Brasil para que o país não viesse a “desvirtuar-se” do sistema capitalista. Nessa perspectiva, como explica Fabiana Pina (2008)

O acordo MEC-USAID, e, principalmente a atuação da USAID, não somente no Brasil, mas em todos os países periféricos, podem ser

compreendidos como uma ação dos EUA para garantir a vigência do sistema capitalista nestes países e transferir para estes as concepções e a organização social, política e econômica que prevalecia nos Estados Unidos. (PINA, 2008, p.01).

Diante desse acordo, o sistema educacional seria um meio bastante propício para propagar uma ideologia dominante em alinhamento com os interesses capitalistas. A educação brasileira começou a sofrer influência externa de forma mais incisiva, com o pretexto de uma “assistência técnica”, como enfatiza Cunha (2002). Foi no governo de Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas.

Logo, foi no período da Ditadura Militar que a educação brasileira correu seus maiores riscos. Com o intuito de reorganizar o sistema educacional brasileiro de acordo com uma ideologia bem definida e estruturada no sentido de atender as demandas capitalistas, o acordo MEC-Usaid, passou a orientar todos os níveis de educação, desde o ensino primário ao superior. Em consequência da crise educacional que se estendia a algumas décadas, gerada pela demanda social da educação cada vez mais crescente, o novo governo, como forma de legitimar os acordos com a agência internacional supracitada, se apegou ao momento para pôr em práticas reformas profundas e definitivas no sistema educacional, como explica Romanelli:

[...] o regime percebeu, daí pra frente, entre outros motivos, por influência da assistência técnica dada pela Usaid, a necessidade de as adotarem, m definitivo, as medidas para adequar o sistema educacional ao modelo do desenvolvimento econômico que então se intensificava no Brasil. (ROMANELLI, 2012, p.202)

Foram muitas as emendas dos acordos MEC- Usaid no sentido de cobrir todas as áreas educacionais, dentre essas as de 26 de junho de 1964 para Aperfeiçoamento do Ensino Primário; o acordo MEC-Contap (Conselho de Cooperação Técnica de Aliança para o Progresso) – USAID de 31 de março de 1965 para melhoria do Ensino Médio; o acordo de 17 de janeiro de 1968 para dar continuidade e complementar o primeiro acordo para o desenvolvimento do ensino médio. Para citar apenas alguns dos acordos voltados para o que conhecemos hoje como a educação básica.

### **A CNEC e o acordo MEC-Usaid**

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade mais uma vez consegue adaptar-se a mudança de governo e também procurou estabelecer uma harmoniosa convivência com os governos militares que assumem o comando do país a partir de um golpe promovido por

forças reacionárias da sociedade civil (parlamentares, imprensa, empresariado, etc), muitos desses financiados pelos Estados Unidos para encampar a campanha contra João Goulart e o tirar do poder, junto com as Forças Armadas que deram apoio logístico à deposição de Jango e que se perpetuaria no poder.

Naquele momento de tensão política, conta Felipe Tiago Gomes, em entrevista dada à *Revista Documento* Ano I, 1995, que foi preso no Rio, em 68, como comunista. Ele afirma que o fato de cuidar de escolas para pobre parecia coisa de comunista, mas, na mesma entrevista, confessa que esteve na alça da mira dos militares porque os órgãos de repressão achavam que estavam em seu poder os arquivos da UNE – União Nacional dos Estudantes. Diante das perseguições aos ditos subversivos, muitos profissionais da educação passaram também a ser perseguidos. Houve o desmonte dos projetos de educação popular que vinham ganhando corpo desde a década de 1950 e que tinham como objetivo criar um lugar de ruptura com a dominação vigente dos grupos políticos responsáveis por fazer a manutenção de privilégios de classe e que deixava a maioria do povo brasileiro de fora das políticas públicas também na área educacional.

No intuito de quebrar as barreiras de uma educação como privilégio para poucos, muitos movimentos vão surgindo e colocando em prática alternativas de educação para o povo que, constituía, naquele momento, uma massa de indivíduos analfabetos e que por isso vivia à margem das decisões políticas por não serem considerados aptos ao voto. Assim, segundo Cunha (2002, p. 18) “a educação popular vai se concretizar num instrumento em favor da transformação social, pois o seu compromisso remete às forças políticas que se apoiam no movimento popular”.

Dentre esses projetos de educação popular podemos citar o sistema Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura e o Movimento de Cultura Popular. Todos eles influenciados por dois importantes acontecimentos de ordem internacional: a Revolução Cubana e o Concílio de Trento, que tiveram ressonância, aqui no Brasil, a partir do PCB que, à época de João Goulart, despontava numa certa semiclandestinidade, e da Igreja Católica com a luta da Juventude Universidade Católica (JUC) de contestação ao capitalismo com um viés socialista (Cunha, 2002).

Na consolidação do Golpe Civil-Militar e em meio à perseguição a todos aqueles considerados ameaça a segurança nacional, muitos educadores passaram a sofrer represália, como também várias instituições passaram a conviver com a intervenção dos militares. Não poderia ter outro propósito a perseguição do governo militar aos modelos alternativos de educação popular, senão desmantelar qualquer experiência que não estivesse condizente com

um modelo educacional estruturado pelo novo Estado com perfil específico e estratégico.

Como explica Ribeiro:

[...] evidentemente, as atitudes do novo governo não poderiam se resumir à inviabilização do que vinha sendo tentando até então. Rapidamente o governo deveria passar também a tomar iniciativas de criação e aprovação de outro ordenamento legal das atividades educacionais em seus diferentes níveis, ordenamento este já expressando as novas determinações político-econômicas a serem generalizadas e consolidadas. (RIBEIRO, 2010, p.148)

Nesse sentido, as instituições passariam a ser orientadas e fiscalizadas de forma que estivessem sob o controle do governo e alinhados aos seus propósitos. Nesse período, a CNEC, segundo Felipe Tiago Gomes, esteve sob ameaça concreta de intervenção, mas, mais uma vez, tentou uma saída política: convidou para a presidência do órgão o que ele chama de “o mais civil dos militares”, o almirante Benjamin Sodré (entrevista *Revista Documento*, 1995).

Em seu livro de memórias “Escolas da Comunidade”, Felipe Tiago registrou esse momento relatando como mais uma vez ele se utiliza de medidas políticas para adaptar a CNEC às novas demandas impostas pelo governo militar, ressalta ele

Passamos incólumes pela Revolução de 1964 e pelo AI-5 de 1968, quando andamos perto da intervenção urdida por ambiciosos que desejavam apoderar-se da Organização [...] No meio da escuridão apareceu uma luz libertária que nos livrou do abismo e salvou todos os dirigentes, professores e alunos da desagregação: o Almirante Benjamin Sodré, o mais civilista dos militares que conheci. (GOMES, 1989, p.122)

Feitos os arranjos políticos, a CNEC passou a organizar-se de maneira a atender às propostas educacionais dos governos militares o que implicou que a Campanha se ajustaria ao Programa de Estratégia de Desenvolvimento proposto pelo governo para os anos de 1968/1970, com um viés cada vez mais tecnicista e, para tanto, se comprometendo a adotar ginásios com vistas à orientação para o trabalho e, dentro desta perspectiva, como nos explica Holanda (1978), a CNEC

[...] contará com o apoio do Ministério do Planejamento e da Educação e Cultura quando da assinatura dos convênios com a Usaid e na execução destes convênios, terá sempre a supervisão dos seus trabalhos pelo MEC através do PREMEN. (HOLANDA, 1978, p.53-54)

Assim, com os novos investimentos, a CNEC, em 1968, criou 242 estabelecimentos, destes sendo 87 ginásios secundários, 79 ginásios comerciais, 5 ginásios normais e 3 ginásios

agrícolas que compunham o chamado 1º ciclo; 35 colégios normais, 29 colégios comerciais e 4 secundários para o 2º ciclo (Holanda, 1978). A preferência é pelos ginásios secundários, nível escolar de maior carência em oferta e com maior demanda, principalmente nas cidades do interior e nas regiões norte e nordeste, regiões que vão receber o maior número de escolas da Campanha. Os ginásios orientados para o trabalho têm como proposta conciliar o ensino geral, oferecido pelo secundário comum, com disciplinas técnicas como iniciação para o trabalho da indústria, no comércio, na agricultura e nas atividades domésticas (Holanda, 1978).

As chamadas escolas polivalentes seriam assessoradas e financiadas pela Usaid para o treinamento de professores e ampliação das escolas por todo o país. Nessa perspectiva, foram criadas 10 escolas polivalentes da Campanha nas regiões norte e nordeste. A atuação também se deu no ensino supletivo e qualificação de mão-de-obra, no intuito de oferecer curso de extensão e outras atividades no campo do desenvolvimento comunitário.

A CNEC seguia assim os pressupostos político-pedagógicos que eram traçados pelo governo, o que fica bem explícito em documento elaborado por uma comissão formada no Congresso da Campanha, em 1969, que contou com a presença de alguns militares. A elaboração do Documento Básico de Educação para o Trabalho deixa claro o compromisso assumido pela Campanha em debater pontos condizentes aos projetos educacionais em vigor, dentre estes, destacamos: a) ajustamento do ensino da CNEC às exigências do desenvolvimento nacional, observando absoluta sintonia com as diretrizes do plano de governo.

A CNEC passava a fazer parte de um projeto maior que era a ênfase na profissionalização da escola média. A formação profissional, neste nível escolar, atenderia uma demanda de mão-de obra barata que, ao ser absorvida pelo mercado empresarial, com o mínimo de formação e treinamento, acomodaria estrategicamente os jovens já profissionalizados e empregados, como nos atesta Romanelli (2012) “a profissionalização do nível médio, portanto, era visto como uma exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos”. (ROMANELLI, 2012, p.245)

O projeto político-pedagógico dos governos militares traçou novos rumos para a educação do Brasil com um impacto profundo. Em meio às críticas e resistências, o projeto foi posto em prática, mesmo que através da imposição, características dos governos autoritários e de exceção. Mas também contaram com o apoio de muitas instituições civis que

apoiaram o projeto e colaboraram de forma efetiva para a sua execução, como foi o caso da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC.

### **Considerações finais**

A Campanha, que se iniciou num contexto em que a demanda cada vez mais crescente para os estudos secundários não era suprida pela iniciativa pública, foi vista, por diferentes governos, como uma possibilidade de suprir esta demanda e por tanto subvencionou o projeto, o que foi fundamental para a sua expansão. A partir das habilidades políticas do seu principal idealizador, Felipe Tiago Gomes, a CNEC e o Estado estabeleceram relações bastante estreitas e que se mostraram profícuas mesmo quando essas eram realizadas tanto nos governos democráticos, quanto nos governos ditatoriais.

Seguindo na perspectiva de atuar onde o Estado era ausente, a Campanha passou a expandir-se e adquirir papel importante na oferta de ensino secundário principalmente nas cidades do interior e nas regiões menos assistidas pelo governo como o Norte e o Nordeste. Nesse contexto de tensões que envolvia a questão da educação pública e o papel do Estado dentro da dinâmica do processo educacional brasileiro, a CNEC se firma como um terceiro setor, não se enquadrando como instituição oficial, nem como uma instituição particular de ensino.

Durante a década de 1960, especificamente nos anos que se seguem pós-golpe de 1964, a Campanha, que já possui várias unidades em todo o país, passou a ser cooptada pela ditadura e através de novas articulações com o Estado autoritários alinhou-se às suas diretrizes educacionais. Uma vez cooptada, a questão passaria a ser a de adaptação às perspectivas de educação pensada por esse Estado e, de forma estratégica, promover articulações políticas importantes na manutenção dos interesses entre as partes envolvidas.

Dentro dessa perspectiva, monta-se, entre outros setores burocráticos da Campanha, um Conselho de caráter consultivo. Nas discussões entre os seus integrantes (parlamentares, empresários, militares e eclesiásticos) eram traçadas as trocas políticas entre a Campanha e outras instituições que, de um modo ou de outro, estavam dispostos a interferir na estrutura educacional do país e de onde sairia tanto recursos materiais quanto cobertura ideológica.

Diante das negociações com o Estado de exceção, a CNEC passou a ser beneficiada pelos acordos MEC-Usaid, recebendo vultuosos recursos da agência estadunidense. E assim, moldou-se de forma bastante eficiente “a um universo de valores, ideias, noções e doutrinas apropriados” dos governos militares que, por sua vez, se submeteu aos comandos de uma

estratégia de poder político-econômico dos Estados Unidos que, com a justificativa de prestar “uma ajuda técnica” a estrutura da nossa educação, interferiu de forma arbitrária causando um efeito diferente do esperado, pois aprofundou ainda mais as disparidades que acometiam o nosso sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

- CUNHA, Antônio Luiz. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.
- CUNHA, Luiz; GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação**. 11º ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2002.
- GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade**. 6º ed. Brasília: CNEC Edições, 1998.
- HOLANDA, Ivanildo Coelho. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: um Estudo Histórico**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1981.
- PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PINA, Fabiana. **Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e exclusão. ANPHU/SP-USP. São Paulo, 2008.
- PONTES, Joel. **Escolas da Comunidade: Memórias, quase Histórias**. 2º ed. Brasília. 1978.
- RIBEIRO, Maria Luisa, **História da Educação Brasileira: a organização Escolar**. 21º ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 37º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SENA, Alcides Rodrigues. A Campanha do Ginásio Pobre e o Brasil no mundo pós-guerra. Boletim da Campanha do Ginásio Pobre. Recife. I (II): maio, 1944.
- SILVA, RONALDA BARRETO. **Educação Comunitária: Além do Mercado e do Estado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, CNEC (1985/1988)**. Tese. Campinas: Autores Associados, 2001.
- TEXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.